



PARECER PRÉVIO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10007/2012.

Apensos: Processo nº 12108/2016, 10068/2012, 10067/2012, 10062/2012 e 10066/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

4- Exercício: 2011

5- Responsável: Antônio Fernando Fontes Vieira (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato OAB/AM nº 6.975 e Fábio Bandeira de Melo OAB/AM 4.331.

7- Unidade Técnica: Dicami e Dicop

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1876/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas do Exercício de 2011 do **Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** - Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza



PARECER PRÉVIO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10007/2012.

Apensos: Processo nº 12108/2016, 10068/2012, 10067/2012, 10062/2012 e 10066/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

4- Exercício: 2011

5- Responsável: Antônio Fernando Fontes Vieira (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato OAB/AM nº 6.975 e Fábio Bandeira de Melo OAB/AM 4.331.

7- Unidade Técnica: Dicami e Dicop

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1876/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Alcance. Concessão de Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Determinação. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do exercício de 2011 do **Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** - Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** no valor de **R\$ 8.768,24**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

contábeis referentes aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro (08 meses), item 16 deste Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira no valor de R\$ 8.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, pela prática de ato antieconômico que resultaram em injustificado dano ao erário, fundamentado no art. 308, V do Regimento Interno c/c art. 54, III do Lei n. 2423/96 pelas seguintes irregularidades: 24.10, 33.3.8 33.3.9, 33.3.10, 34.11, 35.13 37.13, 38.8, 39.12, 40.9, 42.15, 43.15, 44.11, 45.12, 46.10, 47.15, 48.10, 50.11, 51.14, 51.15, 52.11, 53.6 deste Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira no valor de R\$ 25.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 17.2, 17.3, 18.2, 19.2-19.4, 20.4, 20.5, 21.3, 22.3, 22.4, 23.2, 23.3, 24.2-24.8, 25.2-25.5, 25.7, 26.2, 26.3, 26.4, 26.4.1, 26.4.2, 26.4.3, 28.1, 28.2, 28.3, 28.3.1, 29.2, 29.2.1, 31.2, 31.3, 31.4, 31.4.1, 31.5, 31.6, 32.2, 32.3, 33.2, 33.3, 33.3.1, 33.3.2, 33.3.3, 33.3.4, 33.3.6, 33.3.7, 33.3.9-33.3.13, 33.3.16, 34.2-34.10, 35.2-35.12, 36.2-36.10, 37.2-37.12, 38.2-38.7, 39.1-39.11, 40.1-40.8, 41.2-41.7, 42.1-



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

42.14, 43.1-43.14, 44.1-44.10, 45.1-45.11, 46.1-46.9, 47.2-47.14, 48.2-48.9, 49.2-49.8, 50.2-50.10, 51.2-51.13, 52.2-52.11, 53.2-53.6 e 54 do relatório Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. José Eduardo Tanganeli Gonella no valor de R\$ 4.384,12**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, pela prática de ato antieconômico que resultaram em injustificado dano ao erário, fundamentado no art. 308, V do Regimento Interno c/c art. 54, III do Lei n. 2423/96 pelas seguintes irregularidades: 34.11, 35.13 37.13, 38.8, 39.12, 40.9, 42.15, 43.15, 44.11, 45.12, 46.10, 47.15, 48.10, 50.11, 51.14, 51.15, 52.11, 53.6 do relatório Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. José Eduardo Tanganeli Gonella no valor de R\$ 8.768,25**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 34.2-34.10, 35.2-35.12, 36.2-36.10, 37.2-37.12, 38.2-38.7, 39.1-39.11, 40.1-40.8, 41.2-41.7, 42.1-42.14, 43.1-43.14, 44.1-44.10, 45.1-45.11, 46.1-46.9, 47.2-47.14, 48.2-48.9, 49.2-49.8, 50.2-50.10, 51.2-51.13, 52.2-52.11, 53.2-53.6 e 54 do relatório Voto;
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.7. Considerar em Alcance o Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** no valor de **R\$ 38.001,25** que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo pelas seguintes restrições:
- 10.7.1.** No valor de **R\$ 10.337,86**, uma vez que não foram saldados os juros moratórios devidos pela Prefeitura gerando ônus à Administração; item 33.3.8 do relatório Voto.
- 10.7.2.** No valor de **R\$ 22.550,00**, ausência de comprovação dos deslocamentos efetivamente feitos, conforme tabela às fls. 7043; item 33.3.9, do relatório Voto.
- 10.7.3.** No valor de **R\$ 5.113,39**, em razão da concessão de diárias ao **Sr. Vicente Limão da Silva**, Vice-Prefeito, a título de substituição por afastamentos do chefe do Poder executivo, em meses que, de acordo como registros constantes à fl. 7045, não ocorreram deslocamentos; item 33.3.10, do relatório Voto.
- 10.8. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira e o Sr. José Eduardo Tanganeli Gonella** no valor de **R\$ 1.014.049,61** que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo pelos seguintes itens:
- 10.8.1.** No valor de **R\$ 58.150,79**, pela inexecução dos serviços elencados na planilha orçamentária de fls. 2370 dos presentes autos, referente a Carta Convite nº 025/2011; item 34.11, do relatório Voto.
- 10.8.2.** No valor de **R\$ 148.335,30** pela inexecução dos serviços elencados na planilha orçamentária de fls. 2385, referente Carta Convite nº 50/2011, item 35.13 do relatório Voto.
- 10.8.3.** No valor de **R\$ 57.250,69** pela inexecução dos serviços elencados na planilha orçamentária de fls. 2382, referente Carta Convite nº 24/2011, item 37.13 do relatório Voto.
- 10.8.4.** No valor de **R\$ 147.374,00** pela inexecução dos serviços de recuperação do ramal Brava Gente, referente a Carta Convite nº 036/2011; item 38.8, do relatório Voto.
- 10.8.5.** No valor de **R\$ 11.196,00** pela inexecução dos serviços elencados na planilha orçamentária de fls. 2387, referente a



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Inexigibilidade – Empenho nº 793, item 39.12 do relatório Voto.

- 10.8.6.** No valor de **R\$ 49.241,84** pela inexecução dos serviços elencados na planilha orçamentária de fls. 2338, referente a Tomada de Preço nº 008/2011, item 40.9 do relatório Voto.
- 10.8.7.** No valor de **R\$ 11.867,53**, pela não comprovação da execução dos serviços constantes na planilha de fls. 2395, no que se refere a Tomada de Preço nº 009/2011; item 42.15 do relatório Voto.
- 10.8.8.** No valor de **R\$ 90.879,00**, pela inexecução de alguns serviços, listados na planilha orçamentária de fls. 2398, no que se refere a reestruturação das instalações elétricas na unidade mista hospitalar Eraldo Neves Falcão (Tomada de Preço nº 010/2011); item 43.15, do relatório Voto.
- 10.8.9.** No valor de **R\$ 13.348,80**, pela inexecução de alguns serviços, listados na planilha orçamentária de fls. 2400, no que se refere a Inexigibilidade – Empenho nº 1137, item 44.11, do relatório Voto.
- 10.8.10.** No valor de **R\$ 14.638,80** pela inexecução dos serviços discriminados na Nota Fiscal de Serviços nº 000158 de 05/01/2011, os quais foram liquidados e devidamente pagos no exercício 2011, item 45.12 do relatório Voto.
- 10.8.11.** No valor de **R\$ 14.673,80** pela inexecução do objeto discriminado na Nota Fiscal de Serviços nº 124/2011, equivalente ao valor de R\$ 14.673,80. Não consta junto aos autos nenhuma planilha orçamentária ou qualquer documento técnico que discrimine quais serviços e quantitativos previstos e/ou executados; item 46.10 do relatório Voto.
- 10.8.12.** No valor de **R\$ 29.524,02** pela inexecução de serviços constantes na planilha orçamentária de fls. 2406, referente a Carta Convite nº 055/2011, item 47.15 do relatório Voto.
- 10.8.13.** No valor de **R\$ 107.945,30** pela inexecução dos serviços propostos na planilha orçamentária de fls. 2409, referente a Tomada de Preço nº 011/2011; item 48.10 do relatório Voto.
- 10.8.14.** No valor de **R\$ 66.200,00** pela inexecução dos serviços propostos na planilha orçamentária de fls. 2413, referente a Tomada de Preço nº 012/2011; item 50.11 do relatório Voto.
- 10.8.15.** No valor de **R\$ 25.977,78** pela inexecução dos serviços relativos ao 1º Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 175/2011, item 51.14 do relatório Voto.
- 10.8.16.** No valor de **R\$ 16.170,00** pela inexecução dos serviços propostos na planilha orçamentária de fls. 2416, referente a Carta Convite nº 047/2011; item 51.15 do relatório Voto.
- 10.8.17.** No valor de **R\$ 121.638,46** pela inexecução dos serviços propostos na planilha orçamentária de fls. 2418, Carta Convite nº 030/2011; item 52.11 do relatório Voto.



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.8.18. No valor de **R\$ 29.637,50** pela inexecução dos serviços constantes na planilha orçamentária de fls. 2421, referente a Tomada de Preço nº 015/2011, item 53.6 deste voto.

10.9. Conceder Prazo ao **Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** e ao **Sr. José Eduardo Tanganeli Gonella** de 30 dias para o recolhimento das penalidades pecuniárias que lhe foram aplicados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.10 Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do **Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** e do **Sr. José Eduardo Tanganeli Gonella**, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, bem como, ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

10.11 Determinar à Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, que se abstenha de contratar serviços de advocacia jurídica, tendo em vista que possui a Procuradoria Municipal, Órgão competente para atuar nos feitos judiciais e extrajudiciais, sob pena de multa, nos termos do art. 54, II e VII da Lei nº 2.423/96, e consequente devolução de eventuais valores decorrentes de nova contratação.

10.12 Determinar à próxima Comissão de Inspeção que:

10.12.1. Analise se os pagamentos das vantagens em duplicidade foram suspensos.

10.12.2. Verifique a regularização da quantidade de vagas existentes e o número de cargos ocupados, item 33.3.

10.12.3. Verifique a regularização do pagamento acerca das Horas Suplementares, item 33.3.12.

10.12.4. Verifique as medidas adotadas e os resultados alcançados quanto à regularização das acumulações ilegais, item 33.3.6.

10.13 Recomendar ao **Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira** e a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo que:

10.13.1. Junte aos processos relativos a contratos e termos aditivos as



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

devidas certidões de regularidades tributárias.

10.13.2. Nos próximos processos licitatórios atualize os índices contábeis de acordo com a legislação em vigor.

10.13.3. Sejam suspensos os pagamentos das vantagens de Gratificação de Tempo de Serviço e Adicional por Tempo de Serviço, haja vista a duplicidade na concessão.

10.13.4. Seja feita a correta verificação e adequação da quantidade vagas existentes dos cargos de Auxiliar de Segurança e Inspetor Escolar.

10.13.5. Regularize as situações dos servidores que possuem acumulações ilegais, item 33.3.6.

10.13.6. A unidade responsável pelo controle interno desenvolva e implemente procedimentos e rotinas de controle interno a fim de permitir maior eficiência e efetividade nos atos emanados pelo administrador público.

10.13.7. Se abstenha de contratar serviços de advocacia jurídica, tendo em vista que possui a Procuradoria Municipal, Órgão competente para atuar nos feitos judiciais e extrajudiciais, a qual deverá estar devidamente dotada dos meios necessários, na forma da lei.

10.13.8. Efetue o devido recolhimento dos tributos de sua competência constitucional, em observância ao art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, item 23.4.

10.13.9. Suspenda os pagamentos referente às parcelas indevidas de Adicional de insalubridade/ periculosidade.

10.13.10. Corrija a acumulação ilegal do cargo de Procurador Geral do Municipal e Presidente da SISPREV, haja vista que a acumulação nesses moldes configura afronta ao princípio constitucional da moralidade.

10.13.11. Seja instituído, o mais rapidamente possível, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, previstos nos arts. 25 e 38 da Lei Municipal 652/2011 e que seja resolvido os precatórios em atraso.

10.14 Dar ciência ao Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira e ao Sr. José Eduardo Tanganeli Gonella.

10.15 Arquivar os presentes autos e seus apensos, após o cumprimento do itens acima, nos termos regimentais.



ACÓRDÃO Nº 54/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 12 de Dezembro de 2018
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral